ferência às relações da prática sociológica com o obstáculo normativo, evidenciando alguns dos «recuos» necessários para a efectiva construção do texto científico.

A segunda parte, a maior da obra, assume-se na directriz «compreensiva», procurando P. VERCAUTEREN definir um «ideal-tipo» de sub-proletariado, por meio, evidentemente, da alavanca indutiva. É de sublinhar a finura da elaboração levada a cabo à custa de textos auto-biográficos citados. A distância do sub-proletário ao contexto público, em especial ao mundo do trabalho, o seu recolhimento na esfera do privado e, consequentemente, o seu isolamento dos outros, coordenadas produtoras da ficção interiorizada e justificadora «il est celui qui travaille en cherchant un travail»; a «cécité culturelle», não-objectivação da realidade circundante, produzida pelo mecanismo da recusa compensada e gratificante, pela qual o sub-proletário «apropria» sem apoiar, negando a derrota e, em consequência, a possibilidade de a equacionar. São estes alguns dos temas fulcrais que nesta segunda parte o autor trata exaustivamente.

A terceira pretende-se de cunho explicativo, dedutivo. Depois de mostrar e criticar «a interpretação de uma sociologia do sujeito» (LUKACS, GOLDMANN), P. VERCAUTEREN desenha o quadro conceptual althusseriano, pondo em evidência os eixos maiores de uma sociologia que vê as classes e as camadas sociais como suportes das estruturas. Em referência a este quadro, põe o problema: como é que a civilização industrial determina o sub-proletariado? É porventura neste ponto que a explicação falha, por via de uma análise insuficiente do lugar do sub-proletariado na reprodução das condições materiais de produção. Em seguida, o perfil da «conscience sociale mélancolique» é traçado e analisadas, em referência a esta consciência, as implicações decorrentes da identificação com as «imagens» provindas dos aparelhos ideológicos dominantes. *Les sous-prolétaires: essai sur une forme de paupérisme contemporain,* trabalho de investigação cuja leitura atenta sugerimos fortemente.

*Eduardo de Freitas*

ANSHEN, Ruth Nanda e outros — *A Família Sua Função e Destino* — Lisboa, Editora Meridiano, 1971.

Estamos perante um conjunto de textos escritos por sociólogos, psicólogos, antropólogos e filósofos de Universidades norte-americanas, textos coordenados por R. Nanda ANSHEN e que abrem com a seguinte epígrafe: St.º AGOSTINHO, *A Cidade de Deus,* livro XIX, cap. XVI, «A família humana constitui o início e o elemento essencial da sociedade. Qualquer início tende para um fim da mesma natureza, e qualquer elemento tende para a perfeição do conjunto de que esse elemento é parte. É evidente, por isso mesmo, que a paz na sociedade deve depender da paz na família, e que a ordem e a harmonia dos governantes e dos governados brotam directamente da ordem e da harmonia que nascem da direcção criativa e da resposta proporcionada no seio da família» (se compararmos com estas palavras de St.º AGOSTINHO determinadas passagens dos textos dos autores funcionalistas da presente colectânea, quase nos apetece nomeá-lo patrono do funcionalismo).

Os textos foram distribuídos por duas partes — na primeira. intitulada «Os tipos», reunem-se trabalhos de natureza descritiva sobre a família em vários países (América do Norte, América Latina, Rússia, China, África Negra e Islão), incluindo breve história daquela instituição com referência, nomeadamente, à transformação do tipo de relação marido-mulher e pais-filhos, escolha de cônjuge, formas de casamento, possibilidades de *controle* de nascimentos e de divórcio e correspondentes modificações nos códigos civis.

A segunda parte, intitulada «A estrutura», consta de doze textos, metade dos quais são de índole jornalístico-moralizante, constituindo, no entanto, documentos informativos (sem que seja essa a intenção dos autores) sobre uma dada leitura ideológica acerca da família, patente, por exemplo, nas seguintes afirmações de R. Nanda ANSHEN (cap. 24 — «A conservação dos valores da família»): «[...] a família é uma entidade integral e indispensável na vida do homem; a presente crise do matrimónio e da família é o preverso triunfo de uma paixão profanada [...]; a dissolução da família moderna corresponde à gradual profanação do mito fundamental que lhe conferia significado e santidade, e que agora é convertido em mera

retórica e se prepara para dissolver a própria retórica com a complexa vulgarização e secularização do seu conteúdo; [...] o próprio governo, como princípio organizativo, cessaria de existir sem a primitiva e universal sociedade da família; o governo [...] pela sua própria natureza, é constituido por um sistema de ordenadas relações que se manifestam pela primeira vez na estrutura familiar e demonstram que as necessidades fundamentais que criam a família, criam também o governo».

Do que podemos denominar conjunto de textos doutrinários fazem parte, além dos capítulos inicial e final redigidos por R. Nanda ANSHEN, os da autoria de Arthur SWIFT («Valores religiosos»), Karl HEWELLYN («A Educação e a Família»), Therese BENEDEK («A estrutura emocional da família»), Denis de ROUGEMONT («A crise do casal moderno») e Paul SCHRECKER («A família: veículo de tradições»).

Nos restantes textos desta segunda parte já se procura uma abordagem sociológica dos problemas, muito embora se mantenha subjacente a ideologia revelada nos textos doutrinários acima referidos. Através desta abordagem, uma vez mais a função e o destino da família significam contributo para a estabilidade social, só que aqui os instrumentos conceptuais utilizados vêm directamente do *stock* da sociologia funcionalista — pela sua função de *socialização,* a família transmite os *papeis sociais* que permitem aos indivíduos integrar-se na sociedade (socialização como relação linear estática sociedade-indivíduo); se, por razões de diversa ordem, a socialização não consegue conduzir os indivíduos à aceitação das normas «vigentes», surgem os indivíduos *desviados* e, neste caso, o *desvio* tem a vantagem de permitir explicar a *mudança social* (leia-se cap. 14, MERTON, «Estrutura social e anomia: revisão e ampliações).

PARSONS está presente (cap. 13 — «A estrutura social da família») com uma análise da terminologia de parentesco, ponto de partida para um estudo da estrutura do sistema familiar norte-americano, caracterizado como um sistema conjugal formado exclusivamente por famílias conjugais que se interceptam. Neste sentido é significativo que a palavra *família* se refira geralmente à unidade conjugal (excepto quando é usada pelas classes superiores para indicar uma *linhagem*), enquanto a palavra *parentes* «não se refere inteiramente a uma unidade solitária mas só a quem quer que seja um parente»; são também sugestivas as omissões terminológicas que dizem respeito à distinção entre os membros das famílias de origem materna e paterna, entre os irmãos segundo a ordem de nascimento, entre primos apenas discriminados por grau.

Erich FROMM expõe um ponto de vista interessante (cap. 20 «O complexo de Édipo e o mito de Édipo») se bem que, presentemente, já não constitua grande novidade a sua atitude crítica de determinados aspectos controversos da teoria freudiana.

Para FREUD, o mito edipiano confirmava a sua teoria de que para a criança de sexo masculino a mãe constituia objecto de atracção sexual, sendo o pai o rival temível com que o filho entrava num conflito só ultrapassável pela renúncia à mãe e identificação com o pai. Para FROMM, através da interpretação do mito ao longo da trilogia de SÓFOCLES *(Rei Édipo, Édipo em Colona* e *Antigona)* o complexo de Édipo não designará um complexo centrado nas incestuosas aspirações do filho para com a mãe mas antes se centrará «na rebelião do filho contra a opressão da autoridade paterna, autoridade radicada na estrutura social patriarcal e autoritária».

Diferentemente da ordem matriarcal baseada em vínculos com o solo e na aceitação passiva dos fenómenos naturais, a ordem patriarcal impõe o princípio da autoridade, da hierarquia, da obediência à lei ditada pelo pai ao filho, pelo chefe ao povo. Para a ordem patriarcal os filhos são propriedade do pai — «a *pater potestas* na família é a base do poder governativo, os cidadãos são uma propriedade do Estado e do seu chefe e a indisciplina é o pior dos males».

Para HORKHEIMER (cap. 18, «O autoritarismo e a família de hoje»), na moderna família, por um lado a figura do pai foi enfraquecida na sua potência e substituida pela ideia abstracta de poder, enquanto, por outro lado, a submissão à autoridade se continuou a inculcar através da família, donde, filhos mais predispostos a aceitar qualquer autoridade — um qualquer «superpai» (curioso confrontar este texto com o cap. 4, Ruth BENEDICT, «A família: genus americanum», em que a moderna família

americana surge como modelo de não-autoritarismo).

A oscilação de níveis presente nesta colectânea traduz uma falha frequentes vezes verificada nas antologias norte-americanas sobre a problemática da família, em que fàcilmente se passa do nível de uma literatura especializada de psico-sociologia da família para o nível de uma literatura edificante ou ainda de uma literatura de divulgação.

*Maria de Lourdes Lima dos Santos*

BLANCHÉ, Robert — *L'épistémologie* — P. U. F., Paris, col. «Que sais-je», 1972, 125 pp.

Falar, hoje em dia, da temática ligada à epistemologia não é tarefa fácil e menos ainda quando a obra pretende responder a uma exigência de «mise au point» dos conhecimentos actuais sobre a matéria, num espaço limitado.

A primeira parte do livro, que se intitula «Vue d'ensemble», cabe a função de apresentar o tema, desdobrando-se esta apresentação em referência às suas origens, ao domínio, isto é, às questões que pertencerão de direito à disciplina em questão, às formas de tratamento e aos problemas levantados.

A segunda parte é dedicada à exposição e comentário de alguns problemas de epistemologia.

A primeira parte preenche, do nosso ponto de vista, uma função predominantemente informativa. Abundam referências que são, sem dúvida, úteis para quem se encontre em fase de primeira abordagem do assunto. O capítulo referente às origens é bem disso um exemplo.

No conjunto, no entanto, a primeira parte não nos parece corresponder satisfatòriamente ás exigências de uma apresentação clara da «questão epistemológica», exigências que excedem òbviamente o simples fornecimento de informação. Acontece mesmo que, quando a tais exigências não se corresponde, essa falha se reflecte em limitações patentes da própria informação.

Quando uma disciplina é terreno aberto de conflitos, quando a um autor é pedida uma exposição sobre o estado dessa disciplina e que nesse pedido está de certo modo implícito o carácter «neutro» da exposição, não é raro acontecer que o autor, por uma deslocada concepção da neutralidade, ao pretender anular-se nas suas posições pessoais face ao assunto, acabe por não apontar o essencial, isto é, aquilo em que assenta o conflito, a matéria que permite a definição das oposições, que finalmente delimitam o próprio campo de problemática, que identifica a disciplina.

Da sua inconfessada (mas que não deixa de transparecer) opção por uma das actuais posições em epistemologia (empirismo lógico) e exactamente por inconfessada, o autor projecta sombras na exposição do «problema epistemológico», quer no que se refere aos aspectos tradicionais de conflito (posições relativas ao problema de conhecimento) quer no que poderia ser uma via de esclarecimento da especificidade do assunto, isto é, no que se refere à problemática das concepções da ciência *versus* das ciências, como terreno próprio da actividade epistemológica.

A não elucidação da posição de partida do autor (talvez reforçada pela própria natureza dessa posição) leva à projecção sistemática de uma só dualidade sobre todos os aspectos focados: a dualidade estéril, nos termos em que é exposta, entre filosofia/ciência.

O comentário e discussão dos vários problemas relativos à epistemologia são sempre exteriores à ciência, nunca chegando a actividade científica, que deve ser o ponto nodal do problema, a ser considerada na sua relativa autonomia.

Nem mesmo a segunda parte, que, à primeira vista, trabalha directamente sobre problemas definidos em sede científica, escapa à confusão decorrente da projecção dessa dualidade latente, que assim estende os seus efeitos por não ter sido abertamente debatida e dilucidada.

Daí que, como conclusão, se tenha de dizer deste livro que ele é, sem dúvida, útil por certa informação que contém mas que, por outro lado, é inútil esperar dele uma formativa aproximação ao problema da epistemologia. É mesmo indispensável tomar a precaução e realizar o esforço de tentar «ler», através da aparentemente clara exposição das oposições referidas, a fundamental oposição e posição que por ela é escondida.

*Maria Eduarda Cruzeiro*